

ESTATUTO SOCIAL - CONEXÃO SOCIOCULTURAL

Capítulo I - Da Denominação, Sede, Fins e Duração

Art. 1º - Constitui-se, Conexão Sociocultural, pessoa jurídica de direito privado, sob forma de associação civil sem fins lucrativos, apartidária e sem fins religioso, com duração indeterminada.

Art. 2º - Com sede provisória na Rua Ernesto Correa nº 144 Vila Minervina Correa, Jaguarão/RS, CEP: 96300-000.

Art. 3º - A associação terá como finalidades a elaboração de projetos socioculturais, sem fins lucrativos, por si ou junto aos órgãos do setor público e privado que atuem em áreas afins; objetivando:

I - promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;

II - A inclusão social das camadas menos favorecidas da sociedade com programas que visem à melhoria da qualidade de vida.

III - Criar e manter, de acordo com as possibilidades da associação, projetos de natureza educacional, cultural e social sem distinção de classe, raça, sexo, identidade de gênero, nacionalidade, orientação sexual ou religião.

IV - Promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico.

V - Difundir toda expressão de arte e cultura, com especial ênfase à cultura brasileira.

VI - Resgatar identidades culturais minoritárias e fomentar gêneros menos divulgados.

VII - Estimular o desenvolvimento de novas linguagens artísticas.

VIII - Promoção da assistência social.

IX - Promoção da segurança alimentar e nutricional.

X - Executar o serviço de radio e teledifusão comunitária.

XI - Outras atividades compatíveis com as finalidades da entidade, se decididas pela Coordenadoria Executiva.

Art. 4º - Poderão ser utilizados todos os meios adequados e permitidos na lei para consecução das finalidades, podendo-se, inclusive, desenvolver outras atividades acessórias voltadas ao desenvolvimento dos objetivos institucionais por meio de: execução direta de projetos, programas ou planos de ações; celebração de convênios, contratos ou outros instrumentos jurídicos; doação de recursos físicos, humanos e financeiros, comercialização de produtos e serviços ou prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público ou privado que atuam em áreas afins.

Art. 5º - A fim de cumprir suas finalidades, a associação se organizará em tantas unidades de prestação de serviços quantas se fizerem necessárias inclusive no exterior, as quais se regerão pelas disposições estatutárias e regimentais.

Parágrafo Único: A associação poderá ter um Regimento Interno que, aprovado pela Coordenadoria Executiva, disciplinará o seu funcionamento.

Art. 6º - A associação poderá utilizar o nome fantasia de "Instituto Conexão S/C".

Capítulo II - Dos Associados

Art. 7º - São associados todos aqueles que, sem impedimentos legais, forem admitidos como tais, sendo aprovados pela Coordenadoria da associação.

Art. 8º - São direitos dos associados:

I - participar das atividades da associação, que não sejam vetadas neste Estatuto;

II - tomar parte nas Assembleias gerais;

III - votar e ser votado para os cargos eletivos.

Art. 9º - São deveres dos associados:

I - respeitar e cumprir as decisões das Assembleias e demais órgãos dirigentes da entidade;

II - cumprir o Estatuto e demais disposições internas;

III - honrar a associação;

Art. 10º - Os associados respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações

Silvio Ricardo 1. Alves

Advogado

OAB RS
78 572



Handwritten signatures and initials at the bottom left of the page.

constituídas pela associação.

Art. 11º - Os associados perdem seus direitos:

- I - se deixarem de cumprir quaisquer de seus deveres;
- II - se infringirem, disposição estatutária, regimental ou qualquer decisão dos órgãos sociais;
- III - se praticarem atos nocivos ao interesse da associação;
- IV - se praticarem qualquer ato que implique em desabono ou descrédito da associação ou de seus membros diretivos injustamente;
- V - valerem-se do nome da associação direta ou indiretamente, para proveito patrimonial ou pessoal, para si ou para terceiros.

Parágrafo 1º - Em qualquer das hipóteses previstas acima, além de perderem seus direitos, os associados poderão ser excluídos da associação por decisão da Coordenadoria, caso seja reconhecida justa causa para tanto, assegurando o direito de ampla defesa, valendo-se de todos os meios de prova admitidos em lei.

Parágrafo 2º - Da decisão da Coordenadoria que pretenda excluir um associado, cabe recurso à Assembleia Geral, que decidirá, por maioria de votos, sobre a exclusão ou não do associado, em Assembleia especialmente convocada para esse fim.

Art. 12º - Qualquer associado poderá, por iniciativa própria, desligar-se do quadro social da entidade, sem a necessidade de declinar qualquer justificativa ou motivação específica, a qualquer tempo, bastando para isso, manifestação expressa de carta datada e assinada endereçada à entidade.

Capítulo III - Da Administração

Art. 13º - A associação será administrada pelos seguintes órgãos:

- I - Assembleia Geral;
- II - Coordenadoria Executiva; e
- III - Conselho Fiscal.

Parágrafo 1º - Os dirigentes que atuarem diretamente na gestão executiva da entidade poderão ser remunerados, bem como aqueles que prestarem serviços específicos para a associação, respeitados, em ambos os casos, os valores praticados pelo mercado, na região correspondente a sua área de atuação.

Parágrafo 2º - A associação adotará práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais em decorrência da participação em sua gestão.

Parágrafo 3º - Em caso de vacância de cargos nos órgãos administrativos será convocada a Assembleia Geral para tratar da ocupação dos referidos cargos conforme o Art. 18 deste estatuto.

Seção I - Da Assembleia Geral

Art. 14º - A Assembleia Geral é órgão máximo e soberano da vontade social e será constituída pelos associados em pleno gozo de seus direitos estatutários.

Art. 15º - Compete à Assembleia Geral:

- I - eleger e destituir os membros da Coordenadoria Executiva e do Conselho Fiscal;
- II - alterar o estatuto, através de convocação específica;
- III - a aprovação das contas e balanço anual.

Parágrafo único - a aprovação das contas previstas no inciso III deverá atentar para:

- I - a observância dos princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade;
- II - que se dê publicidade na imprensa, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo-se as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, devendo ser colocadas a disposição para exame de qualquer cidadão;
- III - realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos recursos objeto do Termo de Parceria;

Silvio Ricardo TAVARES
Advogado
OAB RS
78 572



IV - a prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos pela OSCIP será feita conforme determina o parágrafo único do Art. 70 da Constituição Federal;

V - Elaborar balanço social e ambiental em conformidade a Resolução n.º 1.003/04 do CFC Conselho Federal de Contabilidade.

Art. 16º - A Assembleia reunir-se-á, ordinariamente, no primeiro trimestre de cada ano para:

I - aprovar as contas da Coordenadoria Executiva;

II - promover eleições internas, quando for o caso;

III - aprovar o relatório de atividades e sugerir o planejamento para o exercício seguinte;

Art. 17º - A Assembleia Geral reunir-se-á, extraordinariamente, quando houver interesses da associação que exigirem o pronunciamento dos associados e para os fins previstos por lei, bem como nos seguintes casos:

I - reforma do estatuto;

II - eleição para substituição de membros que se ausentem de forma definitiva;

III - destituição de administradores ou conselheiros;

Art. 18º - A Assembleia Geral será convocada para fins determinados, mediante prévio e geral anúncio, por meio de edital afixado na sede da entidade, por circulares ou outros meios adequados, com antecedência mínima de 2 (dois) dias, sendo garantido a 1/5 (um quinto) dos associados o direito de promovê-la.

Parágrafo 1º - A Assembleia instalar-se-á em primeira convocação com maioria absoluta dos associados e em segunda convocação, decorridos trinta minutos, com qualquer número, e as deliberações serão tomadas por maioria simples dos associados presentes, salvo exceções previstas por este Estatuto.

Parágrafo 2º - A destituição de cargos dos órgãos da administração e a reforma de estatuto se dará em Assembleia Geral convocada especificamente para este fim, sendo exigido o voto concorde de 2/3 dos presentes, não podendo deliberar em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados ou com menos de 1/3 nas convocações seguintes.

Seção II - Da Coordenadoria Executiva

Art. 19º - A Coordenadoria Executiva será constituída por:

I - Coordenador (a) Geral;

II - Coordenador (a) Geral Adjunto;

III - Coordenador (a) Administrativo;

IV - Coordenador (a) Administrativo Adjunto.

Associados, devidamente eleitos pela Assembleia Geral pelo mandato de quatro anos, podendo haver uma reeleição sucessiva por igual período e não havendo limite para reeleições não sucessivas.

Parágrafo 1º - É vedado o exercício de qualquer função na Coordenadoria Executiva a associados, que exercem cargo, função ou emprego público, sob as penas da lei.

Art. 20º - Compete à Coordenadoria Executiva:

I - elaborar programa anual de atividades, seguindo, sempre que possível a sugestão da Assembleia;

II - elaborar e apresentar o relatório anual à Assembleia Geral e ao Conselho Fiscal;

III - entrosar-se com instituições públicas e privadas, para mútua colaboração em atividades de interesses comum;

IV - convocar a Assembleia Geral;

V - contratar e demitir funcionários;

VI - praticar atos da gestão administrativa;

VII - aprovar a admissão de novos associados na entidade;

VIII - Discutir e aprovar o Regimento Interno;

IX - Discutir e deliberar sobre a definição das linhas de atuação e atividade da associação;

Silvio Ricardo T. Alves

Advogado

OAB RS
78 572



X - Definir a escala de contribuição dos filiados contribuintes e patrocinadores;

XI - convocar extraordinariamente a Assembleia Geral.

XII - outras funções que lhes forem atribuídas pelo respectivo regimento.

Art. 21º - Compete ao Coordenador (a) Geral:

I - cumprir e fazer cumprir este estatuto;

II - Coordenar a Assembleia Geral;

III - convocar e coordenar as reuniões da Coordenadoria;

IV - dirigir e supervisionar todas as atividades da associação, podendo, para tanto, admitir e dispensar funcionários, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, bem como, contratar a locação de serviços de trabalhadores eventuais e sem vínculo empregatício, quando for o caso.

Art. 22º - Compete ao Coordenador (a) Geral Adjunto:

I - auxiliar o Coordenador (a) Geral a desempenhar suas funções e substituí-lo nos impedimentos, ausência ou afastamento;

II - desempenhar as demais atribuições designadas pelo Coordenador (a) Geral.

Art. 23º - Compete ao Coordenador (a) Administrativo:

I - auxiliar o Coordenador (a) Geral no gerenciamento das atividades administrativas e contábeis da associação;

II - arrecadar e contabilizar auxílios e donativos em dinheiro ou em espécie, mantendo em dia a escrituração, toda comprovada;

III - pagar as contas das despesas autorizadas pelo Coordenador (a) Geral;

IV - apresentar relatórios de receita e despesas, sempre que forem solicitados;

V - apresentar relatório financeiro para ser submetido à Assembleia Geral e ao Conselho Fiscal;

VI - conservar sob sua guarda e responsabilidade, o numerário e documentos relativos à tesouraria, inclusive contas bancárias;

VII - lavrar atas das Assembleias Gerais realizadas, devidamente assinadas pelo Coordenador (a) Geral da Assembleia e pelos associados presentes, e registrá-las no cartório competente.

Art. 24º - Compete ao Coordenador (a) Administrativo Adjunto:

I - auxiliar o Coordenador (a) Administrativo a desempenhar suas funções e substituí-lo nos impedimentos, ausência ou afastamento;

II - desempenhar as demais atribuições designadas pelo Coordenador (a) Geral.

Art. 25º - Caberá ao Coordenador (a) Geral, representar a sociedade ativa e passiva, judicial e extrajudicialmente; Para movimentação de conta bancária somente em conjunto com o Coordenador (a) Administrativo, é vedado o uso do nome da associação para qualquer fim estranho às suas finalidades, como fianças, avais ou quaisquer outros atos de favor.

Art. 26º - A Coordenadoria será eleita com base nos seguintes critérios:

I - Pleno gozo dos direitos estatutários, bem como quitação com as obrigações estatutárias;

II - Eleição decidida em Assembleia Geral, nos termos dos Art. 17 e 18.

Seção III – Do Conselho Fiscal

Art. 27º - O Conselho Fiscal compor-se-á de 4 (quatro) membros efetivos, associados, eleitos pela Assembleia Geral da associação, sendo seu mandato bienal.

Art. 28º - Ao Conselho Fiscal compete as seguintes atribuições:

I - emitir pareceres fiscais, na forma contábil, para os organismos superiores, onde aprove ou reprove as contas da entidade, devendo a Coordenadoria Executiva prestar todas as informações solicitadas;

II - auxiliar a Coordenadoria, sempre que solicitado;

III - sugerir a contratação e acompanhar o trabalho de eventuais auditores externos independentes;

IV - opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil, e sobre as operações



Silvio Ricardo L. Alves
Advogado
OAB RS
78.572

patrimoniais realizadas;

V - convocar extraordinariamente a Assembleia Geral, explicitando qual seria a ordem do dia.

Art. 29º - Os membros do Conselho Fiscal desempenharão as suas funções e atribuições sem remuneração, podendo, no entanto, receber reembolso de despesas realizadas comprovadamente no exercício de suas atribuições.

Capítulo IV – Do Patrimônio e da Dissolução

Art. 30º - O patrimônio da associação será constituído por eventual doação inicial dos associados e pelos bens móveis e imóveis e direitos que venham a ser acrescentados por meio de doações de pessoas físicas, de pessoas jurídicas de direito privado e de pessoas jurídicas de direito público; prestações de serviços; aplicação de receitas e outras fontes; convênios, apoios e financiamentos, desde que não incompatíveis com o livre desenvolvimento das atividades da associação.

Art. 31º - A associação não distribuirá, entre seus associados, conselheiros, coordenadores, funcionários ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades e os aplicará integralmente na consecução do seu objetivo social.

Art. 32º - Todo patrimônio e receitas da associação deverão ser destinados aos objetivos a que se propõe a entidade, ressalvados os gastos despendidos e bens necessários a seu funcionamento.

Art. 33º - A alienação, hipoteca, penhor, venda ou troca dos bens patrimoniais da associação somente poderá ser decidida por aprovação da maioria da Assembleia Geral extraordinária, convocada especificamente para tal fim.

Art. 34º - A associação poderá ser extinta por deliberação dos associados, em qualquer tempo, desde que seja convocada uma Assembleia Geral extraordinária para tal fim, a qual deverá observar as regras previstas no Art. 18º do presente estatuto. Poderá também ser extinta por demais formas previstas em lei.

Art. 35º - Em caso de dissolução da entidade, o patrimônio líquido, os bens móveis e imóveis será transferido à outra pessoa jurídica qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, preferencialmente com o mesmo objetivo social, a ser escolhida pela Assembleia Geral que vier a extingui-la. Nos termos da Lei 9.790/99.

Art. 36º - Na hipótese de obtenção e posterior perda da qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, o acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdurou a qualificação, será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos mesmos termos da Lei Federal.

Capítulo V – Do Exercício Social

Art. 37º - O exercício social terá a duração de um ano, iniciando-se em 1º de janeiro e terminando em 31 de dezembro de cada ano.

Art. 38º - Ao fim de cada exercício social, a Coordenadoria elaborará, com base na escrituração contábil da associação, um balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício e uma demonstração das origens e aplicações de recursos.

Capítulo VI – Disposições Gerais

Art. 39º - Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenadoria Executiva e referendados pelo Conselho Fiscal.

Art. 40º - No desenvolvimento de suas atividades, a associação observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência e não fará qualquer discriminação de raça, cor, gênero ou religião.

Art. 41º - Fica eleito o Foro da Comarca de Jaguarão.

Art. 42º - O presente estatuto entra em vigor a partir desta data, devendo proceder ao trâmite legal para registro e demais providências cabíveis.



Jaguarão, 23 de fevereiro de 2013.

Silvio Ricardo T. Alves
Advogado
OAB RS
78 572

EM BRANCO



Serviço de Registro de Imóveis e Especiais de Jaguarão-RS
Registro Civil das Pessoas Jurídicas

Protocolo: 9.588, fl. 073v, Livro A-2, em 13 de setembro de 2013 -

Registro nº 401 fl. 79/79v, Livro A-3, em 27/09/2013 -

Emolumentos: R\$ 40,10. Selo: 0335.04.0700.001 80594 -

Jane Gulinares de Barros
Jane Gulinares de Barros
Registradora
Substituta

EM BRANCO

	TABELIONATO BRODT NOTAS E PROTESTOS Danielle Sanzo Brodt - Tabeliã	Rua 15 de Novembro, 716 Jaguarão - CEP 96300-000 Fone/Fax: (53) 3261-8334
--	--	---

Reconheço a firma de Silvio Ricardo Teixeira Alves, por **SEMELHANÇA** com a existente no arquivo deste Tabelionato. Dou fé.

Em testemunho *[assinatura]* da verdade
Jaguarão, 13 de setembro de 2013
Anderson Pimentel Hernandez - Escrevente Autorizado
Emol: R\$ 3,10 - 0336.01.1100004.14461

	TABELIONATO BRODT NOTAS E PROTESTOS Danielle Sanzo Brodt - Tabeliã	Rua 15 de Novembro, 716 Jaguarão - CEP 96300-000 Fone/Fax: (53) 3261-8334
--	--	---

Reconheço Autênticas as firmas de André Machado Costa e Bruno César Alves Marcelino, assinadas na presença. Dou fé.

Em testemunho *[assinatura]* da verdade
Jaguarão, 13 de setembro de 2013
Anderson Pimentel Hernandez - Escrevente Autorizado
Emol: R\$ 6,20 - 0336.01.1100004.14461 a 14468